

ATA DA 137ª (CENTÉSSIMA TRIGÉSIMA SÉTIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE LAGOA SANTA – COMCEPH

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, em primeira convocação, reuniram-se por teleconferência, às dezesseis horas e trinta minutos, os seguintes membros do Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico de Lagoa Santa (COMCEPH): Sr. Arnaldo Frederico Carvalho Marchesotti (titular – Poder Público); Sra. Rosângela Albano Silva (titular – Poder Público); Sr. Cleito Pinto Ribeiro (Titular – Poder Público); Sr. Luiz Fernando Avelar Costa (Titular – Poder Público); Érika Suzanna Bányai (Titular – Sociedade Civil); Sr. Lúcio dos Santos Costa (Suplente – Sociedade Civil); Sr. Stefano Rodrigues de Pinho Tavares (Titular – Sociedade Civil); além da Secretária Executiva, Sra. Isadora Senra Prado. Convidados: Débora (Urbanes); João Otávio Coelho (museólogo); Hebert Gomes da Silva (diretor de administração do IEF); Juliana Kahey Machado (arquiteta Urbanes); Ione Amara, Rosália Selma, Rodrigo Teribele, Cecília Vilhena (coordenadora do núcleo de projetos especiais Parques Estaduais), Mariana Silva (fiscalização projetos), Denis Valério Aparecido (membro da diretoria da AMAR), Marcelo Oliveira, Luiz Souza, Adualdo Silva (membro da diretoria da AMAR). Com quórum correspondente a um terço mais um dos conselheiros, conforme o §2º do art. 19 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico de Lagoa Santa. Esta reunião foi convocada por e-mail e **a pauta da reunião consistiu-se em: apresentação do projeto de restauro do Museu de Arqueologia da Lapinha (Museu do Castelinho).** A Sra. Rosângela abriu a reunião, apresentou a pauta e, em seguida, passou a palavra para o Sr. Arnaldo que explicou que essa seria uma reunião consultiva e não deliberativa, que seria uma reunião meramente de apresentação. Em seguida, a palavra foi passada para a Sra. Cecília Vilhena, coordenadora do núcleo de projetos especiais “Parques Estaduais”, para fazer sua apresentação. A Sra. Cecília apresentou: o programa de concessão de parques (unidades de conservação); o programa Rotas Lund; o contrato de concessão com a empresa Urbanes, que faz parte desses programas. Explicou que nem o IEF, nem a Urbanes possuem um projeto totalmente elaborado para o restauro do Museu do Castelinho, que existem algumas ideias, propostas e indefinições. Explicou que o objetivo da reunião inicialmente é discutir algumas diretrizes com os conselheiros para conseguir avançar na elaboração do projeto. Apresentou as obrigações contratuais para a reforma e restauro do Castelinho e para gestão do museu, a situação atual

do acervo e impasses, as demandas do Museu do Castelinho, a existência de uma decisão judicial que determina que o IEF se abstenha de realizar ato para demolir ou alterar a construção, bem como efetuar a retirada do acervo arqueológico. Disse que o IEF não tem intenção de retirar o acervo arqueológico, nem demolir ou alterar o prédio do museu. Ressaltou que a ação judicial existe desde 2012 e que o Castelinho passou de fato a ser propriedade do IEF a partir de 2018, quando ele foi fechado à visitação, desde então se busca meios para fazer a revitalização, reforma da estrutura e que precisa reabrir para visitação pública. A assinatura dos contratos foi em julho de 2021 e o contrato prevê um prazo de 2 anos para que a concessionária possa realizar os projetos e concluir as obras visando reabrir o museu. O Contrato da concessão é de 28 anos e inclui a visitação em três unidades de conservação: Parque Estadual do Sumidouro, Monumento Natural Peter Lund e Monumento Natural Gruta Rei do Mato. O contrato envolve venda de ingressos, trilhas, atividades de cicloturismo, escalada, visitação guiada nas grutas, área de estacionamento, alimentação e eventos e também os seus espaços museográficos. Sendo o Castelinho um desses espaços museográficos dentro desse contexto amplo de gestão do turismo dessas três unidades de conservação. A Sra. Cecília apresentou as obrigações do contrato e seus prazos, que incluem projeto de engenharia e projeto museográfico para o Museu do Castelinho. No Apêndice I, Anexo VI, há o detalhamento das obras mínimas a serem realizadas no Castelinho. O contrato também prevê a manutenção ao longo dos 28 anos de concessão, incluindo serviços de limpeza, higienização, cuidado do acervo técnico e de todas as áreas que são operadas para visitação, como os museus e seus entornos. Dentre as obrigações, cabe a concessionária garantir serviços turísticos mínimos, como a visitação ao Museu do Castelinho. Além de manter em seu corpo técnico um museólogo, conforme legislação vigente e fazer a gestão das exposições museográficas, valorizando e definindo procedimentos de acondicionamento, proteção e conservação dos acervos existentes e reserva técnica. Apresentou imagens do museu e destacou que, de acordo com o arqueólogo do IEF, o Sr. Leandro, o museu contempla diferentes tipos de coleção: coleção arqueológica (objeto de decisão judicial e tombamento; bem da união e sob gestão e fiscalização do IPHAN – autorizado o IEF); coleção paleontológica (bem da união sob gestão e fiscalização da ANM, antigo DNPM – autorizado IEF); coleção espeleológica (bem particular que depende de autorização do ICMBIO/CEVAC); coleção zoológica (bem particular que depende de autorização do IBAMA para cada animal a ser empalhado); coleção antropológica e mineralógica (bens particulares). Os

bens que são considerados patrimônio cultural e foram tombados são os bens do acervo arqueológico, sendo esse também o grande volume de bens do Museu. O que foi cedido para a concessionária foram os acervos arqueológicos e paleontológicos. Falou sobre a vistoria do MPF no museu no dia 15 de setembro de 2022, no qual participaram a ex-proprietária do Museu, professores da UFMG, o IEF e a Prefeitura Municipal de Lagoa Santa. Houve uma intenção manifestada pela Procuradora Federal em tentar uma conciliação para manutenção de 100% do acervo no Museu. No entanto, o acervo particular não consta como bem da Concessão, sendo preciso avançar no projeto da exposição museográfica, não havendo possibilidade legal para o órgão ambiental indenizar o acervo particular. Informou que houve a remoção temporária do acervo, em razão da queda de rebocos do teto do Museu, que colocou o acervo em risco. A solicitação foi feita ao IPHAN que emitiu autorização para remoção em caráter temporário, até que as obras fossem realizadas. Parte do acervo foi levado à Reserva Técnica do Museu Peter Lund. A Sra. Cecília apresentou exemplos de definições e diretrizes importantes a serem tratadas por serem decisões prévias, como a necessidade de uma manta de proteção da cobertura, a solução para a trepadeira (definir se faz parte da paisagem, do tombamento); a condição das janelas; manter a exposição com o acervo arqueológico e paleontológico; modernizar a exposição ou mudar minimamente (ex.: sala de vídeo com a história do museu). Encerrada a fala da Sra. Cecília, a palavra foi passada para a Sra. Débora, representante da Urbanes. A Sra. Débora apresentou a empresa Urbanes Parques, com matriz principal em Nova Petrópolis-RS e com oito unidades, tendo cinco anos que a empresa atua em parques/unidades de conservação. Apresentou a política de gestão da Urbanes Parques: estrutura física; operação do parque; encantamento; ativação dos públicos. Apresentou o Parque Aldeia do Imigrante, o Parque em Campos do Jordão-SP, Floresta Nacional de Canela - RS, Floresta Nacional São Francisco de Paula, Monumento Natural Estadual Peter Lund – MG (Gruta do Maquiné), Gruta Rei do Mato – MG, Parque Estadual do Sumidouro – MG. Sobre o Castelinho, a Sra. Débora explicou que a empresa contratou projeto arquitetônico, projetos complementares – elétrica, hidráulica, sondagem, bombeiros – porque a área de trás do Castelinho está com muitas rachaduras. Sendo que o próprio arquiteto do IEF apontou a necessidade de verificar essas rachaduras. No momento, tem o projeto arquitetônico, estando a arquiteta Juliana acompanhando a reunião, o museólogo João que entrou para equipe recentemente, que também está na reunião para entender o processo. E o engenheiro João Augusto que está cuidando dos projetos

complementares, que não entrou na reunião, mas a empresa possui os contratos, as prestações de contas e que nos próximos 30 dias, a empresa já terá isso em mãos para entregar ao IEF. A Sra. Juliana, arquiteta contratada pela concessionária Urbanes Parques, pediu a palavra. A Sra. Juliana ressaltou o objetivo em comum que é reabrir à visitação o Museu do Castelinho. Explicou que tem várias idealizações, propostas, mais estão se sentindo um pouco limitados em caminhar porque essas definições apontadas pela Sra. Cecília são de extrema importância para o projeto ser definido. Continuou dizendo que o projeto encaminhado envolve um novo conceito de museu, que o museu é uma instituição permanente, o que se aplica ao Castelinho por ter uma história, um acervo permanente, não sendo um museu itinerante que recebe exposições temporárias, como se vê no CCBB, privatizado pelo Banco do Brasil. Então, o Castelinho é um museu permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquira, conserva, comunica e expõe o patrimônio dos bens materiais e imateriais da humanidade e do seu meio, envolvente com os fins da educação, estudo e deleite. Explicou que o conceito do projeto do Castelinho envolve duas vertentes. A primeira e mais importante é restaurar e revitalizar o edifício, por isso a necessidade de definir isso para dar início ao projeto. Há um projeto de serviços emergenciais e conservação do prédio. Ou seja, em seu entendimento, todo prédio tombado deve manter as características do prédio sem nenhuma intervenção que a descaracterize. Os serviços essenciais e emergenciais já foram levantados, projetos complementares já contratados e é preciso avançar na reforma, caso contrário, haverá sempre avanço de serviço e problemas a serem enfrentados e o projeto do museu sempre adiado, pois não tem como abrigá-lo em um prédio que necessita de reforma. Reforçou que é preciso fazer o restauro. Falou do conceito de museu, em que os visitantes possam entrar e terem o deleite de informações, de bagagem histórica, de bagagem de estudo, para atender pessoas que sabem o quanto culturalmente o museu tem uma importância. A Sra. Juliana abordou a questão do acervo, que envolve os bens públicos e privados, e definir o que permanecerá no museu é de extrema importância para orientar os projetos. Explicou que a utilização do espaço é quase uma anamnese médica diante do paciente, pois é preciso saber as patologias do prédio, o que vai abrigar, quem vai habitá-lo, quem vai frequentar, o que vai ser visto. E reforçou que essas são informações de extrema importância para o andamento do projeto. Em uma ideia inicial, ao entrar no Castelinho fica-se diante de um receptivo, local de recebimento, informações, venda de ingresso, acesso pela catraca. Adentrando o museu e

tentando manter internamente na parte térrea o piso preservado, paredes existentes, sem praticamente intervenções internas. Na nave principal do Castelinho são três salas de exposições, as paredes centrais serão trabalhadas com nichos iluminados, com as peças em destaque, seguindo a mesma conformação das portas existentes. Do lado oposto a essas paredes, serão dispostos estantes, expositores, totens informativos sobre as peças. Centralizando, haverá pufs para esse conceito de deleite, que a pessoa possa sentar e ali ela possa viajar, imaginar o que foi aquilo, que valor tem, o que carrega de informações históricas e que hoje nos significam. Para os três salões foi pensada uma homogeneização dos espaços, com diferenciação de tonalidade, principalmente o paleontológico, onde foi pensada uma tonalidade em rose, uma cor mais doce, mais tranquila, onde se expõe os ossos, crânios e que muitas vezes é uma área que as pessoas sentem mais desconforto, onde mexe com a emoção. Haverá também uma iluminação toda preparada para isso, o teto será preto com o gesso na tonalidade das paredes, o que nos dá uma profundidade, evita sombra, uma iluminação indireta em sanca e trilhos direcionados para onde quiser. Nas duas salas redondas do extremo, que também foram determinadas dois salões, o salão à direita hoje abriga o paleontológico, ali teria uma sala interativa, trazer o exterior para o interior, seria trabalhada em tijolinho e com a placa em gesso, com projetor para dispor informações. Já o salão redondo à esquerda, também seria outra sala de exposição, pois com o acervo arqueológico maior, provavelmente abrigaria 2 ou 3 salões de acervo arqueológico, de acordo com a necessidade. A princípio, está-se falando do pavimento térreo, a concessionária reformando todo o prédio e fazendo a execução desse projeto na parte térrea, a gente liberaria primeiramente essa possível visitação do museu, não haveria acesso ao segundo pavimento. O segundo pavimento requer questões de corpo de bombeiros, guarda-corpos baixos, teria de fazer um alteamento em vidro para atender as normas do Corpo de Bombeiro, a reforma geral da parte de tr s. Quanto à acessibilidade, será feito para o térreo, neste primeiro momento e para o segundo pavimento, seria a junção da existência do Castelinho por plataforma ou rampa anexa, com todo cuidado necessário que um bem tombado exige. A Sra. Juliana terminou a apresentação reforçando a necessidade de resolver os impasses. O Sr. Arnaldo perguntou se haveria outras plantas ou seria apenas essa? Se não existe nenhuma proposta de alteração de fachada? Retirada de alguma coisa? A Sra. Juliana disse que a planta trata da reforma, que não há alteração de fachada. O prédio vai passar por uma reforma, por um processo de conservação, retirada da hera, tratamento do tijolinho, aplicar todo o produto, com recomposição. A Sra.

Juliana disse que é preciso fazer a discussão em dois tempos, pensar a fachada como reformada e não alterada. Agora internamente, existem os 3d que é a ideia do museu, mas foi proposto anteriormente a essas ressalvas e impasses que foram aparecendo durante esse processo, então é preciso aguardar o que vai ser definido. O Sr. Lúcio manifestou que a exposição tecnicamente está bem detalhada, mas sugeriu a Sra. Juliana que fosse apresentado um memorial descritivo sintético do que ela expôs no momento. A Sra. Juliana disse que o memorial existe, mas que foi encaminhado para a concessionária. O Sr. Lúcio pediu para compartilhar. A Sra. Juliana disse que por causa dos impasses não pode passar o memorial. O Sr. Lúcio insistiu na necessidade de um memorial preliminar. A Sra. Juliana disse que para apresentar o memorial preliminar é preciso saber qual acervo vai ser mantido. A Sra. Juliana foi orientada a não apresentar todo o material, inclusive no dia da reunião não pode apresentar o material que levou. O Sr. Arnaldo explicou que não haverá votação para aprovar o restauro. A Sra. Juliana complementou dizendo que é um momento para o debate, para resolver os impasses, para definir o que vai ser feito. O Sr. Lúcio disse que entendeu que a parte arquitetônica será mantida, que valores, premissas são todas mantidas, mas ressaltou que é bom conhecer esse memorial. A Sra. Juliana pediu licença pra se ausentar, pois sua bateria estava acabando e ela estava em trânsito. O Sr. Arnaldo agradeceu sua participação e explanação. A Sra. Juliana agradeceu e disse estar à disposição. O Sr. Arnaldo explicou que a não apresentação do memorial descritivo é decorrente do que está no contrato, das peças que são públicas. O Sr. Lúcio disse que isso é um anteprojeto, que não é um projeto executivo. A Sra. Cecília disse que a intenção é de um anteprojeto, que eles não estão ali para apresentar algo pronto. O Sr. Lúcio reforçou que a apresentação está muito bem detalhada, mas é preciso que os conselheiros efetivos tenham em mãos pelo menos essas plantas baixas, o projeto preliminar, o memorial preliminar, pois a transparência é importante, visto já ter havido uma série de percalços e pediu por transparência. O Sr. Arnaldo disse que isso será feito, que serão feitas todas as apresentações e que essa é a primeira reunião. O Sr. Lúcio completou dizendo que nunca aprovou projeto nenhum ouvindo explanação de arquiteto, em sua experiência de 30 anos aprovando projetos. A Sra. Cecília disse que não está pedindo aprovação, mas ampliando a transparência, buscando um diálogo inicial. O Sr. Arnaldo explicou que existe um impasse quanto aos acervos, então está para definir-se a parte interna, a arquiteta fez uma colocação do que pretende, mas não se definiu nem o que terá exposto no Castelinho, porque estamos diante de um impasse por parte

do acervo, por parte da proprietária com a concessionária e o IEF. Disse que isso será deliberado junto ao MP e que acredita em um acordo. A Sra. Érika disse que o projeto arquitetônico teria que ser acompanhado por um museólogo, segundo o que foi expresso pela UFMG. O museólogo João Coêlho disse que está acompanhando, disse que é recente a sua entrada nesse projeto, mas está olhando e alinhando os trabalhos. Enfatizou que a questão do impasse sobre o acervo impede muito de avançar na questão expográfica porque, por exemplo, depende muito da dimensão do acervo, do estado de conservação, para definir alguns aspectos e detalhes da expografia. Por isso, está um pouco indeciso sobre a forma como trabalhar. Explicou que está com o material, que na próxima semana fará uma visita *in loco* ao Parque, para pensar o trabalho expográfico e museográfico que andam juntos. A Sra. Érika explicou que o impasse se deu porque não houve nenhuma reunião formal sobre tratativa de acervo do Museu especificadamente com o IEF, que houve alguns encontros em que ela conversou com a Sra. Cecília, que o Sr. Lúcio também estava presente nessa reunião, depois houve um encontro durante a pandemia que pode-se dizer foi informal, pois não houve registro com ata, ou presença de mais membros da associação. Então, o impasse se formou por isso, porque o IEF deveria ter se reunido com a AMAR, assentado em uma mesa, com ata, com acompanhamento de várias pessoas, para se tratar sobre o acervo. E por ter sido no período de pandemia, algumas tratativas foram feitas por correspondência. Explicou que desde o início a AMAR deixou claro que enquanto o Ministério Público não estivesse acompanhando, ou tivesse um retorno após reunião oficial, não tomaria nenhuma decisão, até porque o mundo estava de pernas para o ar. Continuou explicando que tomar uma decisão por correspondência, sem uma formalização junto ao MP, não teria como. Complementou dizendo que agora que as coisas estão voltando à normalidade, que estão aguardando uma reunião com o MP e, em tese, estão aguardando uma reunião formal com o IEF. A Sra. Cecília ressaltou que o que gostaria de ouvir do conselho são as expectativas em relação à proposta de revitalização da estrutura, que em breve será apresentada uma proposta de medidas emergenciais, como a colocação de manta para conter as infiltrações das chuvas. Explicou que em muitos fatos se viram com visões diferentes, como, por exemplo, a presença da hera, pois tecnicamente o que foi apresentado e que o contrato colocou foi a retirada da hera, não que ela não possa crescer novamente, mas o tijolo que está ali embaixo precisa de um tratamento. Sendo assim, gostariam de saber a opinião do conselho, porque a retirada da hera vai trazer uma alteração visual do Castelinho, visto

que ela é bonita, mas como ela está ali há muitos anos, isso pode trazer uma deterioração. Sendo, portanto, uma escolha a ser feita. Informou que haverá também uma proposta de reforma para o anexo. Completou dizendo que o material será encaminhado, que o memorial será adequado ao que se entende sobre o material do acervo contratado. A Sra. Érika disse que quanto à hera, pode-se tranquilamente tratar sobre isso desde que haja algum compromisso formal de que depois de retirada, ela seja repostada para crescer novamente para manter a característica de como foi pensado e elaborado o Castelinho. Disse que entende perfeitamente que para fazer qualquer reforma ou restauração, recuperação dos tijolinhos é imprescindível que a hera seja retirada ou podada, e reforçou a necessidade de se firmar um compromisso formal da recomposição da hera. Explicou que a ideia da hera tem relação com os castelos europeus que inspiraram o Castelinho ou, pelo menos, quando foi pensado era assim. Contou que o prédio do museu é um castelo porque o fundador visitou muitos museus na Europa, inclusive de arqueologia, e estavam todos alojados em castelos. Como na época precisava de um lugar físico para as peças, ele achou na época que construções modernas destoariam do ambiente, apesar do castelo destoar, tem mais haver com a história da criação dos museus e a própria história pessoal do Sr. Mihály, bem como um prédio moderno estaria destoando daquele ambiente primitivo, das rochas, ele achou que o castelinho se adequaria mais a isso, pois na Europa, os castelos são muitas vezes em montanhas, envoltos por florestas, matas. Completou dizendo ser historiadora, com cursos na área de museologia, extensão em administração de museus pela UNESCO, que trabalhou com o pessoal da restauração e conservação, e que por isso fala como profissional e não como filha do Sr. Mihály. Disse possuir uma planta baixa (restauração) toda pronta e comentou sobre o trabalho da mestre Beatriz Maria, em conservação, que foi feito sobre o Castelinho, um trabalho minucioso sobre a sua construção, a escolha dos tijolos, a ambientação, a umidade, entre outras coisas. O trabalho recebeu nota máxima e pedido de tradução para o inglês. No momento, a AMAR está aguardando uma reunião no MP para dar andamento. A Sra. Cecília disse que a reserva técnica será mantida no andar superior do prédio anexo ao Castelinho e que também contam com a reserva técnica do Museu Peter Lund, que fica ao lado. Para a realização da obra, parte do acervo foi levada para a reserva técnica do Museu Peter Lund. O Sr. Arnaldo sugeriu à concessionária e ao IEF que trabalhassem com os projetos de intervenções emergenciais, como a impermeabilização da laje, e os projetos de intervenção das fachadas, assim, em uma próxima reunião, cabendo ao Conselho deliberar sobre os impactos de manutenção ou não

da hera. A Sra. Érika explicou, quanto à questão da laje, que quando as chaves foram entregues em 14 de junho de 2018, toda a manutenção foi deixada pronta e ao longo do tempo, a AMAR alertou sobre a necessidade da manutenção, pois como é uma laje exposta, constantemente necessita de uma recomposição da malha que evita as goteiras. Continuou explicando que não havia cupim, que se fazia a descupinização de seis em seis meses apenas na parte interna, em respeito à mata, nunca atuaram na parte externa. Reforçou a necessidade da impermeabilização, principalmente pelo fato do museu ficar fechado e não ter a circulação de ar necessária nos corredores e salas do museu. A Sra. Débora disse ter ficado com dúvida sobre o que apresentar em uma próxima reunião. O Sr. Arnaldo respondeu que seria a parte da fachada, partes externas e a parte de recuperação e impermeabilização da laje. A Sra. Érika ressaltou que a impermeabilização seria mais urgente. O Sr. Stefano falou da possibilidade de convocar uma reunião extraordinária do Conselho e que algumas questões não precisam de aprovação, como a impermeabilização, que a hera precisa ser retirada urgentemente, pois ela deteriora, pode pintar, mas a hera destrói. Reforçou que as questões emergenciais precisam acontecer, pois depois não tem como discutir com o prédio no chão. A Sra. Érika disse concordar com o Sr. Stefano, mas que a hera compõe o aspecto de tombamento do prédio, precisando de aprovação do Conselho. A Sra. Rosângela comentou que este foi seu primeiro contato referente a essa obra do Castelinho, que particularmente foi interessante, pois tomou ciência dos projetos e que aguarda o segundo momento com os demais desdobramentos, que a proposta é muito interessante e parabenizou as apresentações. Esgotados os assuntos em pauta, a Sra. Rosângela encerrou a reunião. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Isadora Senra Prado, que a redigiu e lavrou e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros e participantes da reunião. **Assinaturas:**
Rosângela Albano Silva (Conselheira) _____;
Arnaldo Frederico Carvalho Marchesotti (Conselheiro) _____;
Cleito Pinto Ribeiro (Conselheiro) _____;
Luiz Fernando Avelar Costa (Conselheiro) _____;
Érika Suzanna Bányai (Conselheira) _____;
Lúcio dos Santos Costa (Conselheiro) _____;
Stefano Rodrigues de Pinho Tavares (Conselheiro) _____;
Isadora Senra Prado (Secretária Executiva) _____;